

• Política

Aços laminados de baixo, médio e alto teor de carbono. Centro de Serviços de Aço. Tel. (011) 44451. Mangels. Empresa 100 - Brasília.

CONSTITUINTE

Moreira Lima diz que hipótese de golpe está "totalmente descartada"

por Jorge Freitas do Rio
O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, garantiu ontem que a possibilidade de um golpe militar no Brasil é "totalmente descartada". Segundo ele, a intervenção do ministro do Exército na reunião ministerial serviu apenas para expor a preocupação do ministro com a Constituição que está sendo conduzida por um grupo minoritário, que tenta influir como se representasse o pensamento da maioria do povo brasileiro.
"Isto de golpe militar eu ouço desde que o presidente Sarney assumiu, mas isso não tem a mínima significação. As Forças Armadas têm dado as maiores demonstrações de apoio à redemocratização do País", disse. Segundo ele, o jornal The New York Times vem insistindo na ameaça de golpe no Brasil, porque não entendeu que "não somos mais uma república de segunda classe, mas uma nação amadurecida, pronta para entrar numa democracia plena", afirmou.
O ministro manifestou-se contra a realização de plebiscitos, conforme sugestão do governador Moreira Franco, e a interferência de militares para definir questões relativas ao siste-

ma de governo e ao tamanho do mandato do presidente José Sarney. "Não cabe aos militares ficar opinando por problemas de natureza política. Nós não vamos nos meter nisso, porque não somos ecléticos com pretensão de conhecermos todos os problemas da sociedade", disse.
Em tese, o ministro declarou-se parlamentarista, porém, na prática, ele falou que o Brasil não deve alterar o sistema de governo. "O parlamentarismo é a forma mais aperfeiçoada de governo numa democracia liberal, mas é preciso ver se as condições atuais do quadro político brasileiro admitiriam a adoção do parlamentarismo".
O ministro considerou que o Brasil, além de não contar com tradição encontra outras duas dificuldades para implantar o parlamentarismo como sistema de governo: a inexistência de partidos políticos doutrinariamente constituídos e não fisiológicos e a inexistência de uma burocracia absolutamente estável. "Quando muda um gabinete na Itália, saem só os homens que conduzem a política do governo. Aqui, no Brasil, não estamos ajustados, porque muda um ministro, e, com ele, saem do secretário geral até homem do cafezinho."

Sarney reitera proposta de submeter Carta a um plebiscito

por Stela Campos Pinto de Piquete
O presidente José Sarney sugeriu ontem ao governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, que a idéia dos governadores das regiões Sul e Sudeste de se realizar um plebiscito sobre o sistema de governo fosse ampliada, para que a população pudesse referendar ou não a nova Constituição do País, depois que ela estivesse terminada.
José Sarney encontrou ontem o governador paulista durante a visita que fez à fábrica Presidente Vargas, da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), vinculada ao Ministério do Exército, em Piquete, cidade do interior de São Paulo.
A pacata cidade de Piquete — nome dado em homenagem a um pousado das tropas de Duque de Caxias, naquela região, no século XIX — parou para ouvir o discurso de Sarney. Desta vez, o que se ouviu foram aplausos.
Entusiasmado com a recepção, o presidente José Sarney fez um discurso que procurou destacar a importância que seu governo dá às questões sociais. Ele lembrou que pela mesma cidade passaram os presidentes Afonso Penna, marechal Hermes da Fonseca

por Stela Campos Pinto de Piquete
Durante a inauguração da nova unidade de nitrocelulose da fábrica Presidente Vargas em Piquete (SP), o presidente José Sarney dirigiu vários elogios ao ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves. "Sua passagem pelo comando do Exército marca uma etapa histórica de modernização desta gloriosa Arma", enfatizou o presidente.
Sarney destacou a importância das Forças Armadas como suporte para a transição democrática. E acrescentou:

uma rápida entrevista no aeroporto de Guaratinguetá.
Lá, ele disse que a política econômica do governo neste momento procura em primeiro lugar, eliminar a inflação. "Já vimos que não adianta correr atrás da inflação, aumentando os salários, porque quanto mais a inflação sobe, mais o trabalhador perde, qualquer que seja a adaptação do salário".
A política de estabilização econômica vigente, segundo Sarney, está voltada para a recuperação do valor real dos salários. Ele lembrou que, no encontro que teve no início deste ano na Granja do Torto com dirigentes sindicais um líder de uma importante confederação sindical disse a ele que os trabalhadores preferem que não exista inflação, porque com ela não há reajuste que agüente.

e Getúlio Vargas, "e talvez agora passe por aqui o mais humilde de todos os presidentes da República".
Aproveitando sua passagem pela cidade, o presidente assinou um decreto-lei que concede aposentadoria integral aos 25 anos de serviço aos funcionários de empresas que fabricam pólvoras e explosivos.
Antes de regressar a Brasília, no começo da tarde, o presidente concedeu

Os elogios a Leônidas

"O ministro Leônidas Pires Gonçalves, com seu entusiasmo, competência e abnegação, tem colocado o Exército à altura dos grandes desafios do Brasil de hoje".
O ministro do Exército, que partilhou o mesmo palanque do presidente, ouviu estas declarações imóveis. Sua expressão só se alterou quando Sarney lembrou que em 1909 o então presidente Afonso Penna esteve no mesmo local acompanhado pelo seu ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca, "que depois veio a ser presidente". O ministro movimentou-se lentamente, como que evitando

qualquer alusão desta história com a sua presença ao lado do presidente.
Mais tarde, quando estava prestes a embarcar para Brasília no aeroporto Edu Chaves em Guaratinguetá (SP), Sarney negou que seu discurso entolecendo o ministro do Exército tivesse qualquer relação com as críticas desferidas por Leônidas Pires Gonçalves ao projeto de Constituição, dizendo que ele estava sendo "manipulado por um pequeno grupo de esquerda radical". O ministro, por sua vez, não respondeu qualquer pergunta afirmando que estava em "recesso da palavra".

Amato e Lula debatem as divergências e os pontos em comum

por Zanoni Antunes de Brasília
O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato, esteve ontem no gabinete do deputado Luiz Ignácio Lula da Silva, presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), para discutir os "pontos convergentes e divergentes" que envolvem interesses de empresários e trabalhadores na Constituição, segundo definiu Amato após a reunião.
O encontro que reuniu o representante do capital e líder empresarial com o dirigente trabalhista e também um dos líderes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) durou cerca de uma hora e concluiu uma série de visitas que o presidente da FIESP fez a vários líderes e presidentes de partidos.
O empresário disse que os pontos convergentes dis-

cutidos durante o encontro foram com relação à política habitacional, administração dos fundos sociais e políticas de emprego, saúde e educação. Os pontos divergentes enumerados por Amato são a jornada de quarenta horas e a estabilidade no emprego. Sobre esse último item, o empresário afirmou: "Somos visceralmente contra a estabilidade vitalícia".
O deputado e líder sindical, Luiz Ignácio Lula da Silva, que recebeu o representante da FIESP pela primeira vez em Brasília, definiu a reunião como uma conversa "onde ele pôde expor as preocupações da FIESP com relação à Constituição". Lula disse que há outros pontos que poderão ser ainda debatidos. O presidente da FIESP ficou também de enviar ao PT, por escrito, os pontos que poderão ser discutidos no futuro.

D. Helder condena as pressões dos lobistas

por Paulo de Alencar de Salvador
D. Helder Câmara, arcebispo emérito de Olinda e Recife, mentor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e uma das mais destacadas vozes do clero brasileiro, mostrou-se preocupado com o cerco que os variados grupos de pressão estabeleceram em torno das principais questões em discussão na Assembleia Nacional Constituinte. Ele teme que, dessa forma, não se consiga buscar soluções para os problemas do País, perpetuando, em sua opinião, uma situação de injustiça social e de excessiva concentração de renda.
"É incrível o que o 'lobismo' está fazendo ao redor da Constituição. É uma amostra terrível do que os latifundiários estão dispostos a fazer para levar ao fracasso uma autêntica reforma agrária", declara D. Helder. Há quase dois anos, ele encontra-se afastado da chefia dos trabalhos pastorais da arquidiocese, por força de determinação papal, já que ultrapassou a idade limite de 75 anos.
D. Helder, que durante as duas últimas décadas se notabilizou por ser um dos mais veementes críticos dos governos militares e, por isso mesmo, viu-se impedido de aparecer no noticiário da imprensa, acha indispensável que no novo texto constitucional já estejam inseridas as linhas gerais que definam a implementação de reformas sociais, como modificações profundas na estrutura fundiária e a regulação da presença e atuação no território nacional das empresas multinacionais.
Depois de fixados na Constituição os mecanismos que permitam a introdução dessas mudanças, D. Helder diz que a participação popular torna-se fundamental para a garantia das conquistas. Claro que o povo, de modo pacífico, mas decidido e alerta, tem de exigir o cumprimento das leis que possibilitem as reformas e tem de velar para que essas leis não fiquem apenas no papel", afirma.
D. Helder acredita que as soluções para os atuais problemas do País passam, antes, pela implantação de uma reforma agrária. "Inútil pretender solução para os nossos inúmeros problemas, regionais e nacionais, sem tentarmos obter, sem ódio nem violência, mas com decisão, uma autêntica reforma agrária", explica ele, com a experiência de quem atuou, durante pouco mais de vinte anos, como arcebispo de

Olinda e Recife, na proteção do desenvolvimento humano das populações do Nordeste.
D. Helder encontra as razões para a necessidade e urgência de uma reforma agrária nas estatísticas elaboradas pelo governo. "Nosso Brasil tem uma terra vastíssima, quase continental, podendo receber 34 vezes a Alemanha, enquanto toda essa terra, segundo o governo, está nas mãos de apenas 5% dos nossos habitantes", comenta.
Para D. Helder, além da necessidade de se efetivar uma mudança na estrutura agrária, deve-se também mudar o modelo agroexportador, forjado durante os anos de domínio estrangeiro e calcado na premissa de obtenção de resultados superavitários na balança de comércio exterior, com a substituição de áreas de cultivo de produtos alimentícios pela plantação de outros com boa margem de preços no mercado internacional.
"Esse esquema agroexportador foi montado em colaboração com os nossos pequenos ricos, o que nos colocou em lugares excepcionais como exportadores de alimentos, enquanto crianças e adultos morrem de fome em nosso País. Por causa desse esquema, somos obrigados a comprar no estrangeiro, e por preços bem mais altos, alimentos fundamentais de nossa dieta", observa.
Na opinião do prelado, independente do sistema de governo que a Constituição escolher para instalar no País, o povo deve também estar preparado para acompanhar de perto os processos de tomada de decisão política. "Com presidencialismo ou com parlamentarismo, o povo, unido e organizado, tem o direito e o dever de acompanhar a marcha do nosso governo", diz ele, acrescentando que é preciso estar vigilante "para que não paremos em belos esquemas, em textos esplêndidos apenas no papel".
Hoje, aos 79 anos, que se completam em fevereiro, após ter entregue a chefia da arquidiocese a D. José Cardoso Sobrinho, D. Helder Câmara mais do que nunca procura refletir sobre os problemas do País e do mundo contemporâneo, no retiro de sua residência na igreja das Fronteiras, no bairro do Derby, no Recife, ou em suas peregrinações pelo Brasil e exterior. Somente para este ano, D. Helder tem convites para participar de oito eventos internacionais, entre eles o encerramento de um congresso de jovens católicos, em Veneza, na Itália.